

EXTRATO DA ATA DA 316ª REUNIÃO DA CÂMARA DE ÉTICA E DISCIPLINA DO CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESPÍRITO SANTO, REALIZADA EM 23 DE JULHO DE 2025.

Horário: 14h. Local: realizou-se por meio de videoconferência via ferramenta Teams, cujos trabalhos foram coordenados pelo Vice-Presidente de Fiscalização, Técnico em Contabilidade CLAIR MARTINS DA SILVA CRCES 008717/O. **Membros presentes:** Contador CARLOS DARLAN PATIL CRCES 010206/O, Contador JOSE CARLOS BRAVO ALVAREZ JUNIOR CRCES 009809/O, Contador EDIMARCOS LUCHI CRCES 011608/O, Contador BRENO MAMARI PESSOA CRCES 015212/O, Contador EDUARDO TRESENA PORCHERA CRCES 021302/O, Contadora PAULA ANTONELA VIEIRA PINTO CRCES 010894/O, Contador MAURILIO CORREIA SANTANA CRCES 009013/O, Contador RONEY GUIMARAES PEREIRA CRCES 006049/O e o Contador KLAUS XAVIER DE OLIVEIRA CRCES 011491/O, contando ainda com a presença da Fiscal Contadora, CÉLIA CRISTINA PACHECO CANAL CRCES 009978/O, que secretariou a reunião. **Ausências Justificadas:** Contadora TAMARA SILVA DAIELLO CRCES 017002/O e a Contadora TAMIRES ENDRINGER DE PES CRCES 018389/O. **I- ORDEM DO DIA.** Na ordem do dia, foram julgados os seguintes processos: **De relato do Conselheiro BRENO MAMARI PESSOA.** **Número do Processo: U-2025/000013 - Fato único:** Firmar 08 (oito) dos Beneficiários, sem a comprovação e com documentos incompletos de acordo com relatório extraído Excel do Sistema de Decore eletrônica do Sistema SPW, , por meio de documentos exigidos para a fundamentação da sua emissão, de acordo com a natureza do rendimento declarado, e a falta de apresentação de documentos comprobatórios, referente ao exercício 2024, como segue abaixo, sem a comprovação, por meio de documentos exigidos para a fundamentação da sua emissão, de acordo com a natureza do rendimento declarado, o que identificamos por meio da documentação anexada no link: <https://crces.cfc.org.br/spwES/inloco/decores.aspx>. Agendamento Eletrônico nº8220. **Enquadramento:** Alíneas "c" ou "d" do art. 27 do DL n.º 9.295/1946, c/c Súmula n.º 8 do CFC, com itens 4, alínea "a", 5, alíneas "g" e "p" e 19, alínea "b" do CEPC (NBC PG 01), e com art. 3º da Res. CFC n.º 1.592/2020. **Decisão: Parecer do Conselheiro Revisor no sentido de aplicar penalidade de MULTA no valor de R\$ 587,00 (quinhentos e oitenta e sete reais), correspondente a 1 anuidade, acrescida de 7/10 (o equivalente a R\$ 410,90), por abranger 8 DECORES, perfazendo a importância de R\$ 997,90 (novecentos e noventa e sete reais e noventa centavos) por firmar Declarações Comprobatórias de Percepção de Rendimentos (DECORE) sem documentação hábil e idônea, com base legal prevista no artigo 27, alínea "c", Decreto-lei 9295/46, c/c artigo 56, inciso I, alínea "a", c/c artigo 57 da Res. CFC 1603/20 e Resolução CFC 1.744/2024, que dispõe sobre os valores das multas devidas ao CRC's para o exercício 2024. E como penalidade ética, com base legal prevista no item 20, alínea "b" do CEPC (NBC PG 01), c/c artigo 56, inciso II, alínea "b" da Resolução CFC 1603/20 e artigo 27, alínea "g", do Decreto-lei 9295/46. Aprovado por unanimidade. **De relato do Conselheiro CARLOS DARLAN PATIL.** **Número do processo: U-2025/000036 - Fato único:** Firmar 7 (sete) Decores emitidas em 2024 sem a comprovação e com documentos incompletos por meio de documentos exigidos para a fundamentação da sua emissão de acordo com a natureza do rendimento declarado, o que identificamos por meio da documentação anexada no link: <https://crces.cfc.org.br/spwES/inloco/decores.aspx>. **Enquadramento:** Alíneas "c" ou "d" do art. 27 do DL n.º 9.295/1946, c/c Súmula n.º 8 do CFC, com itens 4, alínea "a", 5, alíneas "g" e "p" e 19, alínea "b" do CEPC (NBC PG 01), e com art. 3º da Res. CFC n.º 1.592/2020. **Decisão: ADIAMENTO DE JULGAMENTO. Prazo concedido pela Câmara de****

Ética e Disciplina, a pedido do Conselheiro Relator. Aprovado por unanimidade. **De relato do Conselheiro CLAIR MARTINS DA SILVA.** Número do Processo: U-2025/000018 - Fato único: Responder pela parte técnica mantendo organização contábil, sem registro cadastral no CRCES, o que identificamos por meio do não atendimento a notificação 2025/000006. **Enquadramento:** Profissional da contabilidade habilitado: art. 15 e alínea "b" do art. 28, do DL n.º 9.295/1946, c/c com a Lei n.º 6.839/1980 e c/c Item 5, alínea "f" do CEPC (NBC PG 01). **Decisão: ADIAMENTO DE JULGAMENTO. Prazo concedido pela Câmara de Ética e Disciplina, a pedido do Conselheiro Relator.** Aprovado por unanimidade. Número do processo: U-2025/000023 - Fato único: Responder pela parte técnica mantendo organização contábil, sem registro cadastral no CRCES, o que identificamos por meio do não atendimento a notificação 2025/000009. **Enquadramento:** Profissional da contabilidade habilitado: art. 15 e alínea "b" do art. 28, do DL n.º 9.295/1946, c/c com a Lei n.º 6.839/1980 e c/c Item 5, alínea "f" do CEPC (NBC PG 01). **Decisão: ADIAMENTO DE JULGAMENTO. Prazo concedido pela Câmara de Ética e Disciplina, a pedido do Conselheiro Relator.** Aprovado por unanimidade. Número do processo: U-2025/000049 - Fato único: Responder pela parte técnica mantendo organização contábil, sem registro cadastral no CRCES, o que identificamos por meio do não atendimento a notificação 2025/000017. **Enquadramento:** Profissional da contabilidade habilitado: art. 15 e alínea "b" do art. 28, do DL n.º 9.295/1946, c/c com a Lei n.º 6.839/1980 e c/c Item 5, alínea "f" do CEPC (NBC PG 01). **Decisão: ADIAMENTO DE JULGAMENTO. Prazo concedido pela Câmara de Ética e Disciplina, a pedido do Conselheiro Relator.** Aprovado por unanimidade. **De relato do Conselheiro EDIMARCOS LUCHI.** Número do processo: U-2024/000015 - Fato único: Demonstrar falta de Zelo e imperícia no desempenho das suas funções profissionais na Empresa, na prestação de serviço com a empresa cujo objetivo foi a prestação de serviços de Análises de Recuperação Tributária junto à Receita Federal, exclusivamente para recuperação de impostos de produtos bitributados. Ocorre que houve erros nessa restituição prejudicando a empresa na emissão de declarações junto ao Órgão da Receita Federal. Comprovados por meio do envio do Processo de restituição da Receita Federal, o que identificamos por meio de Denúncia protocolizada neste Regional sob. nº2024/000001. **Enquadramento:** Alínea "b" do Art. 25, do Decreto-Lei n.º 9.295/1946, c/c Itens 4 alínea "a", 5 alínea "w" do CEPC (NBC PG 01). **Decisão: Parecer do Conselheiro Relator no sentido de ARQUIVAR o processo.** Aprovado por unanimidade. Número do processo: U-2024/000179 - Fato 01: Deixar de apresentar escrituração contábil e transcrever nos livros contábeis obrigatórios das 04(quatro) empresas, referente ao Ano Base de Análise 2021, referente ao exercício de 2021, o que identificamos por meio do atendimento à Fiscalização Eletrônica – Agendamento CRCES nº6034 e atendimento à Notificação CRCES nº2023/000314. **Enquadramento:** Art. 25, alínea "b" do DL n.º 9.295/1946, c/c Item 4, alíneas "a" e "d" do CEPC (NBC PG 01), c/c os itens de 3 ao 13 da NBC ITG 2000. **Decisão: ADIAMENTO DE JULGAMENTO. Prazo concedido pela Câmara de Ética e Disciplina, a pedido do Conselheiro Relator.** Aprovado por unanimidade. Número do processo: U-2025/000007 - Fato único: Exercer atividade privativa de Profissional da Contabilidade quando se identifica na empresa, como Contadora, e por executar os serviços contábeis dessa empresa no período de 01/01/2024 à 31/12/2024, sem possuir o registro profissional neste CRCES, o que identificamos por meio de Denúncia protocolizada neste Regional sob. nº2025/000012. **Enquadramento:** Art. 12 e 20 do DL n.º 9.295/1946, c/c Súmula 13 do CFC, c/c o art. 1º, parágrafo único da Res. CFC n.º 1.707/2023. **Decisão: Parecer do Conselheiro Relator no sentido de aplicar penalidade disciplinar de MULTA correspondente a 01 (uma) anuidade, no valor de R\$ 587,00 (quinhentos e oitenta e sete reais), com base legal prevista na alínea "a" do art. 27 do DL**

9.295/46, c/c art. 56, inciso I, alínea "a" e art. 57 da Res. CFC 1.603/20 e com a Res. 1.744/2024. Aprovado por unanimidade. Número do processo: U-2025/000008 - Fato único: Facilitar o exercício da profissão a pessoa física sem registro junto ao CRCES (por exercer atividade privativa de Profissional da Contabilidade quando se identifica na empresa, como Contadora, e por executar os serviços contábeis dessa empresa no período de 01/01/2024 à 31/12/2024, sem possuir o registro profissional neste CRCES), o que identificamos por meio de Denúncia protocolizada neste Regional sob. nº2025/000012. Enquadramento: Alínea "c" do art. 27 do DL n.º 9.295/1946, c/c os itens 4, alínea "a", e 5, alínea "e" do CEPC (NBC PG 01). Decisão: **Parecer do Conselheiro Relator no sentido de aplicar penalidade de MULTA correspondente a 01 (uma) anuidade no valor de R\$ 587,00 (quinhentos e oitenta e sete reais), com base Legal prevista na Alínea "c" do art. 27 do DL 9.295/46, c/c art. 56, inciso I, alínea "a" e art. 57 da Res. CFC 1.603/20 e com a Res. 1.744/2024, que dispõe sobre os valores das multas aplicadas pelo CRC/ES no exercício 2025. E penalidade ética, com base legal prevista no item 20, alínea "a" do CEPC (NBC PG 01), c/c artigo 56, inciso II, alínea "a" da Resolução CFC 1603/20 e artigo 27, alínea "g", do Decreto-lei 9295/46.** Aprovado por unanimidade. De relato do Conselheiro EDUARDO TRESENA PORCHERA. Número do processo: U-2024/000200 - Fato 01: Deixar de elaborar escrituração contábil referente ao período de 2022 de 71 (setenta e uma) empresas, o que identificamos por meio do atendimento a Fiscalização Eletrônica através do Agendamento 7943. Enquadramento: Art. 25, alínea "b" do DL n.º 9.295/1946, c/c Item 4, alíneas "a" e "d" do CEPC (NBC PG 01), c/c os itens de 3 ao 13 da NBC ITG 2000. Fato 02: Facilitar o exercício da profissão a pessoa física sem registro ocupando o cargo de Coordenadora do Departamento Fiscal na organização contábil, o que identificamos por meio do atendimento a Fiscalização Eletrônica através do Agendamento 7943. Enquadramento: Alínea "c" do art. 27 do DL n.º 9.295/1946, c/c os itens 4, alínea "a", e 5, alínea "e" do CEPC (NBC PG 01). Fato 03: Elaborar demonstrações contábeis de 5 (cinco) empresas: referentes ao exercício de 2023, de sua responsabilidade técnica, em desacordo com a NBC TG 1000, itens (DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM DESACORDO COM AS NBC: As Demonstrações foram analisadas conforme NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas Res. CFC 1.255/09 e encontram-se em desacordo com as normas.1.

I- BALANÇO PATRIMONIAL:- A variação da conta de Resultados Acumulados constante no Balanço Patrimonial dos exercícios analisados (aumento/redução do saldo) não reflete o resultado apurado na Demonstração de Resultado do Exercício. II- DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PAT. LÍQUIDO- Estruturação em desacordo com o item 106 da NBC TG 26 e- O valor do resultado líquido do exercício apresentado na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido diverge do valor apresentado na Demonstração de Resultado no exercício analisado. III- DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA:- Variação comparativa (positiva ou negativa) das contas de passivo com saldo divergente entre Demonstração do Fluxo de Caixa (método indireto) e o Balanço Patrimonial. (Possui contas que não constam no Balanço Patrimonial, prejudicando assim, a análise mais precisa desse indicador)- Existem valores de variação comparativa (positiva ou negativa) de contas patrimoniais relevantes citadas na Demonstração de Fluxo de Caixa (método indireto) e elas não constam no Balanço Patrimonial (Ativo e Passivo). (Aumento em despesas pagas antecipadamente, AUMENTO DE TRIBUTOS A PAGAR, EMPRÉSTIMO DE CURTO PRAZO, PAGAMENTO DE DIVIDENDOS, PAGAMENTOS DE EMPRÉSTIMOS as contas citadas na Demonstração de Fluxo de Caixa não conferem com as informadas no Balanço Patrimonial).IV- NOTAS EXPLICATIVAS:- Ausência de referência cruzada de cada item relevante das demonstrações contábeis com a respectiva informação nas Notas

Explicativas;- Ausência da informação sobre a forma de tributação da empresa;- Menção sobre os estoques (critérios de avaliação, categorias de estoques, menção ao teste de recuperabilidade). (PORÉM A CONTA ESTÁ ZERADA NO BALANÇO PATRIMONIAL);- Ausência da menção sobre o Ativo Imobilizado (método de cálculo da depreciação, vidas úteis e/ou taxas aplicadas, valor contábil bruto e depreciação acumulada, menção quanto a avaliação ao valor justo);- Ausência de informação sobre empréstimos e/ou financiamentos. (NÃO CONSTA A CONTA NO BALANÇO PATRIMONIAL, PORÉM HOUVE DESTAQUE DA CONTA NA DFC – DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA); - Ausência da menção sobre a composição do capital social;- Ausência da menção quanto a eventos subsequentes e- Existem notas explicativas referenciadas a contas contábeis que não constam ou não guardam correspondência com os demonstrativos contábeis: CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS RECEBÍVEIS: não existe saldo nessa conta no BP;ESTOQUE: não existe saldo na conta de estoque no BP;PROVISÕES: não existe saldo na conta de provisões no BP;DIVIDENDOS: não existe essa conta nas Demonstrações e na Nota Explicativa menciona que não foi distribuído dividendos e na DFC consta uma variação de R\$ 331.000,00.- Destacamos que o livro diário nº 6 referente ao ano base de análise 2023, apresenta ausência de algumas páginas nas peças contábeis apresentadas ao CRCES, destacamos:PÁGINA 01 DE 45 – TERMO DE ABERTURA – FOLHA 1PÁGINA 35 DE 45 – BALANÇO PATRIMONIAL – FOLHA 35PÁGINA 36 DE 45 – DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO – FOLHA 36PÁGINA 37 DE 45 – DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO – FOLHA 37 PÁGINA 38 DE 45 – DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA INDIRETO – FOLHA 38PÁGINA 41 DE 45 – NOTA EXPLICATIVA – FOLHA 41PÁGINA 42 DE 45 – NOTA EXPLICATIVA – FOLHA 42PÁGINA 43 DE 45 – NOTA EXPLICATIVA – FOLHA 43PÁGINA 44 DE 45 – TERMO DE ENCERRAMENTO – FOLHA 44• AUSÊNCIA DAS FOLHAS 39 E 40.Os livros contábeis apresentados não obedecem a ordem cronológica, infringindo assim a RESOLUÇÃO CFC N.º 1.330/11 -Aprova a ITG 2000 – Escrituração Contábil.9. Os livros contábeis obrigatórios, entre eles o Livro Diário e o Livro Razão, em forma não digital, devem revestir-se de formalidades extrínsecas, tais como:a) serem encadernados;b) terem suas folhas numeradas sequencialmente;c) conterem termo de abertura e de encerramento assinados pelo titular ou representante legal da entidade e pelo profissional da contabilidade regularmente habilitado no Conselho Regional de Contabilidade.=====

=====2. - BALANÇO PATRIMONIAL:- A variação da conta de Resultados Acumulados constante no Balanço Patrimonial dos exercícios analisados (aumento/redução do saldo) não reflete o resultado apurado na Demonstração de Resultado do Exercício. II- DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PAT. LÍQUIDO- Estruturação em desacordo com o item 106 da NBC TG 26 e- O valor do resultado líquido do exercício apresentado na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido diverge do valor apresentado na Demonstração de Resultado no exercício analisado. III- DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA:- Existem valores de variação comparativa (positiva ou negativa) de contas patrimoniais relevantes citadas na Demonstração de Fluxo de Caixa (método indireto) e elas não constam no Balanço Patrimonial (Ativo e Passivo) (PAGAMENTO DE DIVIDENDOS, a conta citada na Demonstração de Fluxo de Caixa não conferem com as informadas nas Demonstrações Contábeis).IV- NOTAS EXPLICATIVAS:- Ausência de referência cruzada de cada item relevante das demonstrações contábeis com a respectiva informação nas Notas Explicativas;- Ausência da informação sobre a forma de tributação da empresa;- Ausência da menção sobre a composição do capital social e- Existem notas explicativas referenciadas a contas contábeis que não constam ou não guardam correspondência com os

demonstrativos contábeis:CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS RECEBÍVEIS: não existe saldo nessa conta no BP;ESTOQUE: não existe saldo nessa conta no BP;PROVISÕES: não existe saldo nessa conta no BP;DIVIDENDOS: não existe essa conta nas Demonstrações Contábeis e na NE foi distribuído dividendos para pessoas que não constam no quadro societário da empresa. Sendo informado nas notas explicativas que houve distribuição de dividendos para. Esses valores não fazem referência aos demonstrados na DFC.Em consulta ao CNPJ da Receita Federal constatamos que existe uma única sócia na empresa:Nome/Nome EmpresarialQualificação: 49-Sócio-

Administrador=====

=====3. I- BALANÇO PATRIMONIAL:- A variação da conta de Resultados Acumulados constante no Balanço Patrimonial dos exercícios analisados (aumento/redução do saldo) não reflete o resultado apurado na Demonstração de Resultado do Exercício. II- DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PAT. LÍQUIDO:- Estruturação em desacordo com o item 106 da NBC TG 26 e- O valor do resultado líquido do exercício apresentado na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido diverge do valor apresentado na Demonstração de Resultado no exercício analisado. III- DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA:- Existem valores de variação comparativa (positiva ou negativa) de contas patrimoniais relevantes citadas na Demonstração de Fluxo de Caixa (método indireto) e elas não constam no Balanço Patrimonial (Ativo e Passivo). (PAGAMENTO DE DIVIDENDOS, a conta citada na Demonstração de Fluxo de Caixa não conferem com as informadas nas Demonstrações Contábeis).IV- NOTAS EXPLICATIVAS:- Ausência de referência cruzada de cada item relevante das demonstrações contábeis com a respectiva informação nas Notas Explicativas;- Ausência da informação sobre a forma de tributação da empresa;- Ausência da menção sobre a composição do capital social e- Existem notas explicativas referenciadas a contas contábeis que não constam ou não guardam correspondência com os demonstrativos contábeis:CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS RECEBÍVEIS: não existe saldo nessa conta no BP;ESTOQUE: não existe saldo na conta de estoque no BP;PROVISÕES: não existe saldo na conta de provisões no BP;DIVIDENDOS: não existe essa conta nas Demonstrações Contábeis e na NE foi distribuído dividendos para pessoa que não consta no quadro societário da empresa. Sendo informado nas notas explicativas que houve distribuição de dividendos para. Esses valores não fazem referência aos demonstrados na DFC.Em consulta ao CNPJ da Receita Federal constatamos que existe uma única sócia na empresa:Nome/Nome Empresarial: CATENQualificação: 49-Sócio-

Administrador.=====

=====4. I- DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PAT. LÍQUIDO:- Estruturação em desacordo com o item 106 da NBC TG 26 e- O valor do resultado líquido do exercício apresentado na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido diverge do valor apresentado na Demonstração de Resultado no exercício analisado. II- DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA:- Variação comparativa (positiva ou negativa) das contas de passivo com saldo divergente entre Demonstração do Fluxo de Caixa (método indireto) e o Balanço Patrimonial. (Pagamentos de empréstimos) e- Existem valores de variação comparativa (positiva ou negativa) de contas patrimoniais relevantes citadas na Demonstração de Fluxo de Caixa (método indireto) e elas não constam no Balanço Patrimonial (Ativo e Passivo). (Pagamentos de empréstimos).III- NOTAS EXPLICATIVAS:- Outras: Nota Explicativa enviada incompleta.- Destacamos que o livro diário nº 7 referente ao ano base de análise 2023, apresenta ausência de algumas páginas nas peças contábeis apresentadas ao CRCES, destacamos:PÁGINA 01 DE 102 – TERMO DE ABERTURA –

FOLHA 1PÁGINA 92 DE 102 – BALANÇO PATRIMONIAL – FOLHA 92PÁGINA 93 DE 102 –
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO – FOLHA 93PÁGINA 94 DE 102 – DEMONSTRAÇÃO DAS
MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO – FOLHA 94 PÁGINA 95 DE 102 – DEMONSTRAÇÃO DO
FLUXO DE CAIXA INDIRETO – FOLHA 95PÁGINA 100 DE 102 – NOTA EXPLICATIVA – FOLHA
100PÁGINA 101 DE 102 – TERMO DE ENCERRAMENTO – FOLHA 101• AUSÊNCIA DAS FOLHAS 96
a 99.Os livros contábeis apresentados não obedecem a ordem cronológica, infringindo assim a
RESOLUÇÃO CFC N.º 1.330/11 -Aprova a ITG 2000 – Escrituração Contábil.9. Os livros contábeis
obrigatórios, entre eles o Livro Diário e o Livro Razão, em forma não digital, devem revestir-se de
formalidades extrínsecas, tais como:a) serem encadernados;b) terem suas folhas numeradas
sequencialmente;c) conterem termo de abertura e de encerramento assinados pelo titular ou
representante legal da entidade e pelo profissional da contabilidade regularmente habilitado no
Conselho Regional de
Contabilidade.=====

=====5. I- BALANÇO PATRIMONIAL:- Utilização de outros termos para identificar
caixa e equivalentes de caixa (disponível, caixa, bancos, etc).- A variação da conta de Resultados
Acumulados constante no Balanço Patrimonial dos exercícios analisados (aumento/redução do
saldo) não reflete o resultado apurado na Demonstração de Resultado do Exercício. II-
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PAT. LÍQUIDO:- Estruturação em desacordo com o
item 106 da NBC TG 26 eIII- NOTAS EXPLICATIVAS:- Ausência de referência cruzada de cada
item relevante das demonstrações contábeis com a respectiva informação nas Notas Explicativas;-
Ausência da informação sobre a forma de tributação da empresa;- Ausência da menção sobre os
estoques (critérios de avaliação, categorias de estoques, menção ao teste de recuperabilidade). -
Ausência da menção sobre o Ativo Imobilizado (método de cálculo da depreciação, vidas úteis
e/ou taxas aplicadas, valor contábil bruto e depreciação acumulada, menção quanto a avaliação
ao valor justo);- Ausência da menção sobre a composição do capital social e- Existem notas
explicativas referenciadas a contas contábeis que não constam ou não guardam correspondência
com os demonstrativos contábeis:CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS RECEBÍVEIS: não
existe essa conta no BP;PROVISÕES: conta zerada no BP), o que identificamos por meio do
atendimento a Fiscalização Eletrônica através do Agendamento 7943. **Enquadramento:** Itens 4
alínea "a", 5, alínea "s" do CEPC (NBC PG 01), c/c a NBC TG - Estrutura Conceitual para relatórios
financeiros, c/c itens 54 a 59 e/ou itens 82 e 82A e/ou itens 106 e 106A e/ou itens 112 a 116 da
NBC TG 26, e/ou itens 10 a 12 da NBC TG 03, e/ou item 3 da NBC TG 09 e itens 8.2 a 8.7 da NBC
TG 1000, c/c seções 4 a 8 da NBC TG 1001 e seções 4 a 6 da NBC TG 1002. **Decisão: Parecer do
Conselheiro Relator no sentido de ARQUIVAR o processo.** Aprovado por unanimidade. **De relato
do Conselheiro JOSE CARLOS BRAVO ALVAREZ JUNIOR.** Número do processo: U-2025/000031 -
Fato único: Responder pela parte técnica mantendo organização contábil, sem registro cadastral
no CRCES, o que identificamos por meio do não atendimento a notificação 2025/000024.
Enquadramento: Profissional da contabilidade habilitado: art. 15 e alínea "b" do art. 28, do DL n.º
9.295/1946, c/c com a Lei n.º 6.839/1980 e c/c Item 5, alínea "f" do CEPC (NBC PG 01). **Decisão:**
Parecer do Conselheiro Relator no sentido de votar pela aplicação de MULTA, em grau mínimo,
correspondente a 1 (uma) anuidade no valor de R\$ 587,00 (quinhentos e oitenta e sete reais),
com base legal prevista no art. 27, alínea "c", do Decreto-Lei 9295/46, c/c art. 56, inciso I, alínea
"a", e art. 57 da Resolução CFC 1603/20 e Resolução CFC 1744/24; e penalidade ética, com base
legal prevista no item 20, alínea "a" do CECP (NBC PG 01), com art.56, inciso II, alínea "a" da
Resolução CFC 1603/20 e art. 27, alínea "g", do Decreto-Lei 9295/46. Aprovado por

unanimidade. **De relato do Conselheiro KLAUS XAVIER DE OLIVEIRA.** Número do Processo: U-2024/000199 - **Fato único:** Elaborar demonstrações contábeis da entidade esportiva referente ao exercício de 2023, de sua responsabilidade técnica, em desacordo com as NBCs TG 1000 e ITG 2003 - ENTIDADE ESPORTIVA, (- Demonstrações foram analisadas conforme NBCTG 1000 e ITG 2003 - ENTIDADE ESPORTIVA e encontram-se em desacordo com as normas.1. I-

ESTRUTURA CONCEITUAL BÁSICA (ITEM 16 DA ITG 2003):- O Livro Diário não apresenta as Demonstrações Contábeis de acordo com o item 10 da NBC TG 26. Base Legal: NBC TG 1000, item 3.17 letras: a), b), c), d), e) e f). (Ausência da DMPL, DFC)- Ausência da divulgação do Exercício de Comparabilidade (item 3.14 da NBC TG 1000 (R1)) (DRE)II- BALANÇO PATRIMONIAL (Seção 4 da NBC TG 1000 e item 23 da ITG 2002):- Ausência do destaque das referências vinculadas às Notas Explicativas correspondentes.III- DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO PERÍODO (Seção 5 da NBC TG 1000 e itens 23 e 24 da ITG 2002)- Ausência da segregação das receitas operacionais Com Restrição e Sem Restrição.:- Ausência da segregação das receitas e despesas por tipo de atividade (educação, saúde, assistência social, etc.);- Ausência do destaque das informações de gratuidade concedidas e serviços voluntários obtidos por atividade e- Ausência do destaque das referências vinculadas às Notas Explicativas correspondentes.IV- DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Seção 6 da NBC TG 1000 e item 23 da ITG 2002)- Ausência da DMPL.V- DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (Seção 7 da NBC TG 1000, itens 23 e 25 da ITG 2002 e NBC TG 03):- Ausência da DMPL.VI- NOTAS EXPLICATIVAS (Seção 8 da NBC TG 1000 e item 27 da ITG 2002):- Ausência da referência cruzada de cada item relevante das demonstrações contábeis com a respectiva informação nas Notas Explicativas;- Ausência da relação dos tributos objeto de renúncia fiscal (Federal, Estadual e Municipal);- Ausência de informação das subvenções, convênios e contratos recebidas pela entidade, da aplicação de recursos e das responsabilidades decorrentes desses ingressos;- Ausência de informação sobre os recursos de aplicação restrita e as suas responsabilidades decorrentes;- Ausência de informação sobre os recursos sujeitos a restrição ou vinculação por parte do doador;- Ausência de informação sobre eventos subsequentes à data do encerramento do exercício que tenham, ou possam vir a ter, efeito relevante sobre a situação financeira e os resultados futuros da entidade; - Ausência de informações sobre os seguros contratados;- Ausência de informação sobre a segregação dos atendimentos com recursos próprios dos demais atendimentos realizados pela entidade e- Ausência de informação sobre o registro de todas as gratuidades de forma segregada, destacando aquelas que devem ser utilizadas na prestação de contas nos órgãos governamentais, apresentando dados quantitativos, ou seja, valores dos benefícios, número de atendidos, número de atendimentos, número de bolsistas com valores e percentuais representativos), o que identificamos por meio do atendimento a Fiscalização Eletrônica através do Agendamento 7978.

Enquadramento: Itens 4 alínea "a", 5, alínea "s" do CEPC (NBC PG 01), c/c a NBC TG - Estrutura Conceitual para relatórios financeiros, c/c itens 54 a 59 e/ou itens 82 e 82A e/ou itens 106 e 106A e/ou itens 112 a 116 da NBC TG 26, e/ou itens 10 a 12 da NBC TG 03, e/ou item 3 da NBC TG 09 e itens 8.2 a 8.7 da NBC TG 1000, c/c seções 4 a 8 da NBC TG 1001 e seções 4 a 6 da NBC TG 1002.

Decisão: **Parecer do Conselheiro Relator no sentido de converter o processo em diligência para o retorno do processo à Fiscalização, para as devidas diligências, verificações e correções se confirmado o vício formal.** Aprovado por unanimidade. Número do processo: U-2025/000011 -

Fato único: Firmar 12 (doze) dos Beneficiários, sem a comprovação e com documentos incompletos de acordo com relatório extraído Excel do Sistema de Decore eletrônica do Sistema SPW, , por meio de documentos exigidos para a fundamentação da sua emissão, de acordo com a

natureza do rendimento declarado, e a falta de apresentação de documentos comprobatórios, referente ao exercício 2024, como segue abaixo, sem a comprovação, por meio de documentos exigidos para a fundamentação da sua emissão, de acordo com a natureza do rendimento declarado, o que identificamos por meio da documentação anexada no link: <https://crces.cfc.org.br/spwES/inloco/decores.aspx>. Agendamento Eletrônico nº8218.

Enquadramento: Alíneas "c" ou "d" do art. 27 do DL n.º 9.295/1946, c/c Súmula n.º 8 do CFC, com itens 4, alínea "a", 5, alíneas "g" e "p" e 19, alínea "b" do CEPC (NBC PG 01), e com art. 3º da Res. CFC n.º 1.592/2020. **Decisão:** **Parecer do Conselheiro Relator no sentido de aplicar pena de MULTA no valor máximo de R\$ 2.935,00 (dois mil novecentos e trinta e cinco reais), correspondente a 5 anuidades, acrescida de 6/10 (o equivalente a R\$ 1.761,00), perfazendo o total de R\$ 4.696,00 (quatro mil, seiscentos e noventa e seis reais). Considerando a limitação legal da Resolução 1.744/2024, a totalização da pena de multa permanecerá em R\$ 2.935,00 (dois mil, oitocentos e dezoito reais) por firmar Declarações Comprobatórias de Percepção de Rendimentos (DECORE), restando não atendidas a documentação hábil e idônea, para 6 DECORES com base legal prevista no artigo 27, alínea "c", do Decreto-lei 9295/46, c/c artigo 56, inciso I, alínea "a", c/c artigo 57 da Res. CFC 1603/20 e Resolução CFC 1744/24, que dispõe sobre os valores das multas devidas ao CRC's para o exercício 2025. E penalidade ética, com base legal prevista no item 20, alínea a, do CEPC (NBC PG 01), c/c artigo 56, inciso II, alínea a da Resolução CFC 1603/20 e artigo 27, alínea c, do Decreto-lei 9295/46. Aprovado por unanimidade. **De relato do Conselheiro MAURILIO CORREIA SANTANA.** Número do processo: U-2025/000029 - **Fato único:** Responder pela parte técnica mantendo organização contábil, sem registro cadastral no CRCES, o que identificamos por meio do não atendimento a notificação 2025/000021. **Enquadramento:** Profissional da contabilidade habilitado: art. 15 e alínea "b" do art. 28, do DL n.º 9.295/1946, c/c com a Lei n.º 6.839/1980 e c/c Item 5, alínea "f" do CEPC (NBC PG 01). **Decisão:** **Parecer do Conselheiro Relator no sentido de aplicar penalidade de MULTA de 01 (uma) anuidade no valor de R\$ 587,00 (quinhentos e oitenta e sete reais), com base legal prevista no art. 27, alínea "a" do Decreto-Lei 9295/46, c/c art.56, inciso I, alínea "a", e art. 57 da Resolução CFC 1603/20 e Resolução CFC 1744/24; e penalidade ética, com base legal prevista no item 20, alínea "a" do CEPC (NBC PG 01), c/c art. 56, inciso II, alínea "a" da Resolução CFC 1603/20 e art. 27, alínea "g" do Decreto-Lei nº 9.295/46. Aprovado por unanimidade. **De relato da Conselheira PAULA ANTONELA VIEIRA PINTO.** Número do processo: U-2025/000039 - **Fato único:** Demonstrar falta de zelo no desempenho de suas funções profissionais, pela ocorrência de erro ou falhas na estrutura dos serviços prestados Irregularidades trabalhistas no âmbito do sistema que gera o CNIS (CADASTRO NACIONAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS) DO INSS, o que vem prejudicando o requerente o que identificamos por meio da Representação protocolada neste Regional sob nº 2025/000033 e atendimento a notificação 2025/000064 através do pronunciamento protocolado sob nº 2025/000092. **Enquadramento:** Alínea "b" do Art. 25, do DL n.º 9.295/1946, c/c Itens 4 alínea "a", 5 alínea "w" do CEPC (NBC PG 01). **Decisão:** **ADIAMENTO DE JULGAMENTO. Prazo concedido pela Câmara de Ética e Disciplina, a pedido da Conselheira Relatora.** Aprovado por Unanimidade. **De relato do Conselheiro RONEY GUIMARAES PEREIRA.** Número do processo: U-2024/000173 - **Fato único:** Elaborar demonstrações contábeis de 3 (três) empresas, referentes ao exercício de 2022, de sua responsabilidade técnica, em desacordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade conforme estabelecido - Livro Diário nº 1 - EXERCÍCIO 2022. - Registro na JUCEES: 20241570450 em 26/08/2024. I- ESTRUTURA CONCEITUAL BÁSICA:- O Livro Diário (registrado na Junta Comercial digitalmente ou fisicamente ou enviado via ECD) não****

apresenta as Demonstrações Contábeis de acordo com o item 10 da NBC TG 26. (DFC e DMPL) e II BALANÇO PATRIMONIAL: - Utilização de outros termos para identificar caixa e equivalentes de caixa (disponível, caixa, bancos, etc) e III- DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PAT. LÍQUIDO- Não foi apresentado. IV- DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA: - Não foi apresentado. V- NOTAS EXPLICATIVAS:- Ausência da referência cruzada de cada item relevante das demonstrações contábeis com a respectiva informação nas Notas Explicativas; - Ausência da menção sobre os estoques (critérios de avaliação, categorias de estoques, menção ao teste de recuperabilidade) e - Ausência da menção sobre a composição do capital social. =====2. -

Livro Diário nº 1 - EXERCÍCIO 2022. - Registro na JUCEES: 20241570654 em 23/08/2024. VI- ESTRUTURA CONCEITUAL BÁSICA: - O Livro Diário (registrado na Junta Comercial digitalmente ou fisicamente ou enviado via ECD) não apresenta as Demonstrações Contábeis de acordo com o item 10 da NBC TG 26. (DFC e DMPL) e VII- BALANÇO PATRIMONIAL: - Utilização de outros termos para identificar caixa e equivalentes de caixa (disponível, caixa, bancos, etc) e VIII- DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PAT. LÍQUIDO - Não foi apresentado. IX- DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA: - Não foi apresentado. X- NOTAS EXPLICATIVAS: - Ausência da referência cruzada de cada item relevante das demonstrações contábeis com a respectiva informação nas Notas Explicativas; - Ausência da menção sobre os estoques (critérios de avaliação, categorias de estoques, menção ao teste de recuperabilidade) e - Ausência da menção sobre a composição do capital social. =====3. -

Livro Diário nº 17 - EXERCÍCIO 2022. - Registro na JUCEES: 202415991560654 em 26/08/2024. XI- ESTRUTURA CONCEITUAL BÁSICA: - O Livro Diário (registrado na Junta Comercial digitalmente ou fisicamente ou enviado via ECD) não apresenta as Demonstrações Contábeis de acordo com o item 10 da NBC TG 26. (DFC e DMPL) e XII- BALANÇO PATRIMONIAL: - Utilização de outros termos para identificar caixa e equivalentes de caixa (disponível, caixa, bancos, etc) e XIII- DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PAT. LÍQUIDO - Não foi apresentado. XIV- DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA: - Não foi apresentado. XV- NOTAS EXPLICATIVAS: - Ausência da referência cruzada de cada item relevante das demonstrações contábeis com a respectiva informação nas Notas Explicativas; - Ausência da menção sobre a composição do capital social), o que identificamos por meio do atendimento a Fiscalização Eletrônica através do Agendamento 7382.

Enquadramento: Itens 4 alínea "a", 5 alínea "s" do CEPC (NBC PG 01) c/c itens 54 a 59 e/ou itens 82 e 82A e/ou itens 106 e 106A e/ou itens 112 a 116 da NBC TG 26, e/ou itens 10 a 12 da NBC TG 03, e/ou item 3 da NBC TG 09 e itens 8.2 a 8.7 da NBCTG 1000. **Decisão: ADIAMENTO DE JULGAMENTO. Prazo concedido pela Câmara de Ética e Disciplina, a pedido do Conselheiro Relator.** Aprovado por Unanimidade. **Número do processo: U-2024/000203 - Fato único:** Responder pela exploração de atividades privativas de profissional da contabilidade, sem possuir registro profissional, ao participar como sócio da organização contábil e falta de estruturação legal, mesmo a Organização não possuir CNAE específico de contabilidade, em análise ficam evidenciados à prática contábil nessa Organização "identificada" na Receita Federal com CNAE CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 82.11-3-00 - Serviços combinados de escritório e apoio administrativo, ludibriando essa fiscalização, uma vez que nas redes sociais "Instagram" é identificada como uma Organização Contábil e no nome fantasia registrada na Receita Federal também consta a identificação, o que identificamos por meio ao não atendimento

Notificação CRCES nº2024/000282. **Enquadramento:** Pessoa física sem registro: Art 12 e 20 do DL

n.º 9.295/1946, c/c Súmula n.º 13 do CFC, c/c o art. 1º, parágrafo único da Res. CFC n.º 1.707/2023. **Decisão: ADIAMENTO DE JULGAMENTO. Prazo concedido pela Câmara de Ética e Disciplina, a pedido do Conselheiro Relator.** Aprovado por unanimidade. **De relato da Conselheira TAMARA SILVA DAIELLO.** Número do processo: U-2025/000009 - Fato único: Responder pela parte técnica mantendo organização contábil, sem registro cadastral no CRCES, o que identificamos por meio do não atendimento a notificação 2024/000209. **Enquadramento:** Profissional da contabilidade habilitado: art. 15 e alínea "b" do art. 28, do DL n.º 9.295/1946, c/c com a Lei n.º 6.839/1980 e c/c Item 5, alínea "f" do CEPC (NBC PG 01). **Decisão: Adiamento de julgamento. Adiamento por ausência justificada.** Aprovado por unanimidade. Número do processo : U-2025/000027 - Fato único: Responder pela parte técnica mantendo organização contábil, sem registro cadastral no CRCES, o que identificamos por meio do não atendimento a notificação 2025/000016. **Enquadramento:** Profissional da contabilidade habilitado: art. 15 e alínea "b" do art. 28, do DL n.º 9.295/1946, c/c com a Lei n.º 6.839/1980 e c/c Item 5, alínea "f" do CEPC (NBC PG 01). **Decisão: Adiamento de julgamento. Adiamento por ausência justificada.** Foram levados a julgamento, em grau de defesa, 09 (nove) processos com as seguintes decisões para homologação: 02 (dois) arquivamentos, 06 (seis) aplicações de penalidade e 01 (uma) solicitação de diligência. ENCERRAMENTO - Nada mais havendo, o Vice-Presidente de Fiscalização, Clair Martins da Silva, agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião às 15h25min, determinando que eu, Amanda Dessaune Ruas Darós, lavrasse a presente Ata, que será lida e assinada por mim e pelos demais Conselheiros presentes na reunião.

Referendada no Tribunal Regional de Ética e Disciplina de 24/07/2025.